

O governo de Setúbal antes da República (1900-1905)

Na viragem do século XIX para o XX, o município de Setúbal, localizado a cerca de 40 quilómetros ao sul de Lisboa, registava uma das mais elevadas taxas de crescimento demográfico de Portugal. Entre 1890 e 1911, o seu principal núcleo urbano – a cidade de Setúbal – passou dos 17.581 para os 30.346 habitantes (aumento de 70%). Em nenhuma outra zona do país, nem mesmo em Lisboa ou no Porto, as cidades de maior expansão, se registava semelhante nível de ampliação populacional. Este tipo de desenvolvimento ficou associado à rápida integração da actividade piscatória com as fábricas que se começaram a instalar na região. Setúbal albergava já o principal porto de pesca nacional, base da instalação de uma florescente indústria ligada às conservas, que observou uma assinalável capacidade de atracção de gentes para trabalhar neste sector económico, oriundas do Sul do país inteiro. Aliás, no início do século XX, cerca de 22% da população de Setúbal não era oriunda do concelho¹.

Em 1900, a cidade distinguia-se ainda dos demais do reino, quando passou a ser dirigida por uma personalidade conhecida a nível nacional, ainda que na fase descendente da sua carreira política. Habitualmente, na época, a nível municipal, o poder era exercido por notáveis figuras locais, não sendo frequente encontrar antigos governantes à frente do principal órgão camarário, nem mesmo nos mais importantes centros urbanos de Portugal. Mariano de Carvalho, antigo professor da Escola Politécnica de Lisboa (1863-1897), fundador e director, entre outros títulos, do *Diário Popular* (1866), deputado ininterruptamente eleito desde 1870, ex-ministro da Fazenda (em 1886-1889 e 1891-1892) e dirigente de grande destaque da ala “avançada” do regime monárquico – ligado aos Partidos Reformista (1870-1876) e Progressista (1876-1890) – supôs encontrar em Setúbal o local ideal para reconstruir a sua vida pública. Afastado do poder em duas ocasiões na sequência de grandes escândalos financeiros que afectaram a sua credibilidade e imagem políticas (em 1889 e 1892), Mariano de Carvalho desde há muito que se tinha incompatibilizado também com a direcção do partido a que pertencia, passando desde 1890, quando regressou de uma triunfal viagem

* Professor Auxiliar Convidado do Departamento de História da FCSH-UNL.

¹ Vasco Pulido Valente (1981), “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, in *Análise Social*, n.º 67-68, Lisboa, ICS, pp. 615-678.

por Moçambique, a ocupar o seu lugar no parlamento como independente. Numa altura em que o sistema partidário português se encontrava numa fase de sedimentação e formalização, a aposta no exercício do poder fora da órbita dos grandes partidos, ainda que no patamar local, representava um risco acrescido mesmo para as personagens políticas de maior popularidade e controvérsia².

Pretende-se acompanhar aqui a acção da administração municipal em Setúbal, exercida por Mariano de Carvalho, entre 1900 e 1905, data da sua morte, procurando fazer uma análise sobre a forma de governação de uma pequena cidade, mas em franca expansão demográfica e de significativo relevo económico e político, no Portugal de inícios do século XX. É nosso objectivo proceder ao registo da evolução das principais áreas de intervenção do poder concelhio e mostrar como o topo da hierarquia política a nível local poderia servir de palco das lutas partidárias desenvolvidas entre as várias facções políticas, incluindo as republicanas, nos anos finais da Monarquia.

Em 1899, Mariano de Carvalho iria revelar mais uma faceta da sua já longa vida pública, invertendo os espaços geográficos da sua influência política. Trocou o Ribatejo, o seu terreno eleitoral favorito desde que se iniciara na política, pela zona de Setúbal³. A alteração ficou a dever-se à circunstância de, por esta altura, ter adquirido algumas propriedades próximas de Azeitão. Passou a deslocar-se para as proximidades da serra da Arrábida com alguma frequência ganhando logo a cooperação dos principais caciques locais. O seu prestígio na região era notório, sendo rapidamente adoptado pelas personalidades, que por aquelas bandas faziam e desfaziam os resultados das eleições.

Habitado ao protagonismo na cena política, Mariano de Carvalho queria ter uma palavra a dizer nos assuntos da zona. A 4 de Novembro de 1899, cerca de 3 semanas da realização das eleições de deputados, ocorreu uma reunião política no Teatro D. Amélia, em Setúbal, convocada e dirigida por José de Groot Pombo⁴, uma dessas notabilidades locais⁵. O objectivo do encontro era o de definir a escolha do candidato para o acto eleitoral que se aproximava. Groot Pombo, depois de explicar os contornos da política eleitoral adoptada nas eleições antecedentes, confirmou ter sido

² Paulo Jorge Fernandes, *Mariano Cirilo de Carvalho: o «Poder Oculto» do liberalismo português (1876-1892)*, Lisboa, Assembleia da República e Texto Editora, 2010.

³ Durante a sua longa carreira parlamentar também foi eleito deputado pelo Porto, Lisboa, Viseu e até por Timor, mas seria nos círculos do Ribatejo que ganharia maior projecção. Das 23 eleições que disputou, entre 1869 e 1905, representou a Chamusca, o Cartaxo e Santarém um total de 12 vezes.

⁴ Vereador da Câmara Municipal de Setúbal ligado ao Partido Regenerador.

⁵ Fran Paxeco, *Setúbal e as suas celebridades*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1930.

convidado por Mariano de Carvalho para apoiar a candidatura do conde de Burnay em oposição à candidatura governamental de Carlos Ferreira.

O nome do financeiro seria aceite por unanimidade, começando a circular rumores que identificavam esta lista com o Partido Regenerador, classificação que seria recusada por alguma imprensa regional, até porque em Setúbal “*não há actualmente agrupamento de acentuada cor política*”⁶. Em bom rigor, também na cidade sadina se assistia à luta dos partidos rotativos monárquicos pela predominância nas urnas, esboçando-se, simultaneamente, a entrada em cena das forças republicanas, que procuravam conquistar terreno numa zona em forte expansão urbana e industrial. De um lado, os progressistas, que apoiavam o referido Carlos Ferreira, secundado por figuras conhecidas na zona como António José Baptista, Henrique Augusto de Carvalho Paiva ou António José Fernandes. Do outro, os regeneradores, que procuravam lançar a candidatura de Henry Burnay, com a ajuda de Groot Pombo e de Mariano de Carvalho, já reconhecidamente um nome a levar em consideração em termos dos arranjos políticos locais. Apesar do apoio político garantido pelo Partido Regenerador, a candidatura do conde de Burnay apresentou-se como independente⁷.

Seja como for, Henry Burnay passou a fazer campanha no círculo eleitoral de Setúbal. Dois dias mais tarde, ocorreu um *meeting* para apoiar a candidatura, agora no Teatro Club de Vila Nogueira, que contou com a presença de várias dezenas dos principais lavradores e comerciantes da localidade. Depois, já em Setúbal, visitou vários estabelecimentos de caridade, onde deixou “*valiosos donativos*”, embora se tenham registado manifestações populares de repúdio contra o candidato, que em alguns locais foi recebido aos gritos de “*abaixo o boné*”⁸.

Como se esperava, quando chegou a altura de ir a votos, a eleição seria bastante disputada, triunfando Henry Burnay sobre Carlos Ferreira por 1.064/879 votos. A votação em Azeitão revelou-se fundamental para garantir este resultado, o mesmo é dizer, que sem o patrocínio de Mariano de Carvalho transformado já em grande influente local, o desfecho poderia ter sido bem diferente⁹.

⁶ *Revista de Setúbal*, de 9 de Novembro de 1899, p. 2.

⁷ Desavindos pessoal e politicamente desde a década de 1870, os antigos inimigos tinham iniciado uma reconciliação ainda em 1892. Fernando José Grave Moreira (org.) (1998), *José Luciano de Castro: Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 355-356.

⁸ *Revista de Setúbal*, de 23 de Novembro de 1899, pp. 1-2.

⁹ *O Commercio de Setúbal*, de 2, 5, 9 e 30 Novembro de 1899, p. 1 e *A Folha de Setúbal*, de 3 de Dezembro de 1899, p. 1.

Nas eleições gerais seguintes, em Novembro de 1900, foi a vez de Mariano de Carvalho apresentar a sua própria candidatura pelo círculo uninominal de Setúbal. Para além de ser já uma figura da zona, o anúncio causou sensação porque se previa o confronto com um importante candidato republicano, João Chagas. As autoridades locais mostravam preferência pelo deputado Mariano de Carvalho devido aos *“dotes excepcionais, que concorrem no ilustre candidato, e ainda pelo muito de proveitoso e útil que pode advir à cidade e concelho de Setúbal do triunfo eleitoral de tão importante homem público”*. Para além dos seus méritos pessoais, *“atenda-se ainda à situação política do conselheiro Mariano de Carvalho, que se acha intimamente ligado ao nobre e ilustre chefe do Partido Regenerador e portanto nosso chefe – o sr. conselheiro Hintze Ribeiro”*¹⁰.

Tratava-se de um casamento por conveniência. Setúbal acolhia Mariano de Carvalho na expectativa de ganhar visibilidade pública junto dos centros de decisão política, enquanto o candidato beneficiava do apoio das notabilidades locais para garantir a continuidade, sem sobressaltos de maior, da sua carreira parlamentar na condição de independente, embora mais próximo dos regeneradores.

A luta eleitoral travada neste círculo acabou por reflectir o peso do nome de Mariano de Carvalho. João Chagas ainda promoveu alguns comícios e reuniões eleitorais para publicitar a sua candidatura, chegando a contar com o patrocínio de alguns membros do directório do Partido Republicano, como Brito Camacho, que veio à cidade propositadamente para tal fim.

A estratégia de Mariano de Carvalho era outra. Optou por se dirigir directamente aos eleitores, fazendo circular uma carta onde dizia, *“desejando apresentar a minha candidatura a deputado pelo círculo de Setúbal onde tenho propriedades, rogo a V. Ex.ª a mercê de conceder-me o auxílio do seu voto e influência. Para solicitar um e outra não careço de recorrer a diatribes nem injúrias contra adversários. Basta-me dizer a V. Ex.ª que numa larga vida política tenho sempre sustentado os princípios de liberdade e de ordem, sem os quais não podem existir as sociedades modernas. Pelos interesses que me ligam a esse concelho, pelas amizades que nele conto e pelo conhecimento próprio das suas principais necessidades devo também afirmar a V. Ex.ª, que me interessarei quanto possa pelos seus melhoramentos materiais e morais, de que tanto é digno e de que tão privado tem sido nos últimos anos. Esperando merecer o*

¹⁰ *Revista de Setúbal*, de 22 de Novembro de 1900, p. 1.

apoio de V. Ex.^a antecipo o meu agradecimento e sou com a maior consideração”¹¹. As suas intenções e modo de actuação não podiam ser mais claros.

Devido ao mau tempo que se fez sentir por aqueles dias, Mariano de Carvalho, a conselho médico, ficou retido em Lisboa, não promovendo qualquer outra acção de campanha em Setúbal. Desta vez, face ao leque de candidaturas apresentado, a maioria dos amigos de António José Baptista, o presidente da câmara em exercício, anunciou que votaria em Mariano de Carvalho. Como se pode ver pelo quadro seguinte, a expressão do triunfo do “Poder Oculto”, que reuniu 79% dos votos contra 19% de João Chagas, seria bastante expressivo. De acordo com a imprensa da cidade, tudo decorreu no maior sossego. Os republicanos teriam de aguardar outros dias para fazer uma demonstração de força política na região¹².

Votação no Círculo n.º. 92 (Setúbal), de 26 de Novembro de 1900.

Assembleias	Listas	Mariano de Carvalho	João Chagas	Outros
São Julião	347	219	118	10
Anunciada	271	197	62	12
São Sebastião	449	303	139	7
Azeitão	464	442	10	12
Palmela	386	348	36	2
Total	1.917	1.509	365	43

Fonte: *O Elmano*, de 28 de Novembro de 1900, p. 1.

Entretanto, ainda antes do final de 1900, a carreira política de Mariano de Carvalho ganharia uma nova expressão. Um decreto de 22 de Dezembro de 1900 mandou dissolver a câmara de Setúbal, devido aos resultados de um inquérito realizado à sua gerência até 5 de Fevereiro de 1900, onde seriam detectadas “*várias irregularidades na escrituração e contabilidade, bem como na aplicação de receitas do município em desacordo com as respectivas autorizações governamentais*”. Nos termos da lei, foi convocada uma eleição municipal, ficando a edilidade entregue à gestão de uma comissão administrativa interina, enquanto não se elegessem novos vereadores. Mariano de Carvalho foi escolhido como presidente da referida comissão¹³. Na prática, quem a passou a dirigir os assuntos da edilidade no quotidiano seria o vice-presidente, Venâncio Olímpio Ferreira Torres, uma vez que Mariano de Carvalho continuou a residir em Lisboa raramente se deslocando a Setúbal para assistir às reuniões.

¹¹ *O Elmano*, de 17 de Novembro de 1900, p. 1.

¹² Alberico Afonso, *Setúbal – Roteiros Republicanos*, Lisboa, Quidnovi, 2010.

¹³ Apesar do seu recente apoio a um candidato apoiado pelos regeneradores, a nomeação de Mariano de Carvalho seria efectuada pelo ministro do Reino e, simultaneamente, Presidente do Conselho de Ministros, o líder progressista, José Luciano de Castro.

Quando o presidente da comissão vinha à cidade não era raro instalar-se em casa de alguma notabilidade local, que fazia sempre o maior gosto em o ter como visita. Por vezes, convidavam-se os representantes de toda a imprensa da região – *O Distrito, O Elmano, A Revista de Setúbal* e o *Comércio de Setúbal* – para um almoço de Domingo, onde eram abordados vários temas do interesse público e se publicitava o nome de Mariano de Carvalho como agente do poder local.

Sem experiência política autárquica, o deputado e presidente da comissão administrativa interina rapidamente se inteirou dos principais problemas que afectavam o concelho. O mais grave era o que derivava da falta de segurança. Não haveria policiamento suficiente, a iluminação era deficiente e a gatunagem causava grandes transtornos diários. Para além desta questão, sobrava a das acessibilidades, uma vez que as estradas do concelho, nomeadamente as que asseguravam a ligação a Azeitão e Palmela, se encontravam em muito mau estado.

A chegada de Mariano de Carvalho a Setúbal teria também consequências a nível familiar. O genro, o engenheiro Claro da Rica, que natural dali, logo se viu envolvido nos negócios locais. Ainda antes da eleição para a vereação, Claro da Rica apresentou à comissão administrativa municipal um projecto para a construção de esgotos orçado em 200 contos, que foi considerado inexecutável pela imprensa¹⁴.

Quando o sufrágio concelhio ocorreu, a 2 de Janeiro de 1901, Mariano de Carvalho viria a ser eleito com 1.805 votos. A vereação tomou posse a 25 de Fevereiro, assumindo Mariano de Carvalho o lugar de maior destaque. A primeira reunião do elenco municipal aconteceu no dia seguinte. Coube ao novo presidente da autarquia apresentar o orçamento para o ano em curso, sendo aprovadas as contas de 1900. Propôs, seguidamente, a reorganização do corpo de fiscalização externa, eliminou a verba para a construção de uma estrada e nomeou uma comissão de vereadores para estudar o melhoramento da Praça do Quebedo, da Avenida Luísa Todí, do Passeio do Lago e da praia de banhos, dando a entender que já dominava a agenda local¹⁵.

Apesar do seu maior empenhamento, Mariano de Carvalho não conseguia assistir a todas as reuniões de vereação, que ocorriam às 4.^a feiras, depois de almoço. Era mais frequente encontrá-lo nos encontros extraordinários de Sábado. A edilidade depressa se habituou a um presidente absentista, tratando de assuntos tão diversos como

¹⁴ Refira-se que, quando o projecto foi discutido, Mariano de Carvalho não esteve presente devido ao mau tempo que inutilizou as estradas de acesso a Setúbal. *Revista de Setúbal*, de 25 de Janeiro de 1901, p. 1.

¹⁵ *Revista de Setúbal*, de 28 de Fevereiro de 1901, p. 2.

dar posse a um médico municipal, mandar imprimir o Código de Posturas, aprovar o quadro de fiscalização municipal, para o qual se mandou abrir concurso, conceder licença a um particular para fazer obras, ou determinar um aviso aos devedores do concelho por meio de editais nos jornais para estes satisfazerem as suas dívidas num prazo de 60 dias¹⁶.

Tal como o previsto, a presença pessoal de Mariano de Carvalho em Setúbal era secundária, desde que o mesmo garantisse alguma visibilidade local junto do poder central. A imprensa reclamava constantemente contra o mau estado das estradas entre Setúbal, Palmela e Azeitão, instando o deputado do círculo e, simultaneamente, presidente da câmara, que fizesse pressão junto das autoridades, em Lisboa, para se providenciar o melhoramento da viação municipal¹⁷.

Para além das já definidas anteriormente, as prioridades da administração camarária repartiam-se entre temas tão diversos como o concerto de calçadas, em Palmela; a remoção do matadouro, os arranjos no talho e o apronto de uma casa para arrecadar o material pertencente ao município, em Azeitão; e a reparação do poço existente em Aldeia de Irmãos. Mariano de Carvalho também se interessou pela questão do abastecimento de água à cidade, propondo o pagamento de \$050 réis por metro cúbico à Companhia das Águas para o serviço de regas e que se transferisse o lavadouro do Bonfim para outro local. Ainda aprovou um orçamento de 50 contos para vários melhoramentos, em Palmela e Azeitão, e pediu um empréstimo de 11 contos para proceder ao pagamento de dívidas das anteriores vereações. Foi também durante o seu consulado que se procedeu à inauguração do novo tribunal, cerimónia onde marcou presença, a 27 de Julho de 1901. Era assim que se geria a câmara municipal de uma pequena cidade no Portugal do final da monarquia.

Naturalmente, seria reeleito deputado pelo círculo plurinominal de Setúbal (n.º 17), em Outubro de 1901, sem grandes problemas¹⁸. Também sem surpresa, a 3 de

¹⁶ *Revista de Setúbal*, de 15 de Março de 1901, p. 2.

¹⁷ *Revista de Setúbal*, de 22 de Março de 1901, p. 1.

¹⁸ De acordo com a Lei Eleitoral de Agosto de 1901, a famosa *Ignóbil Porcaria*, como ficou conhecida, fruto do acordo entre progressistas e regeneradores, o território nacional seria dividido em círculos plurinominais com escrutínio de voto limitado, com o objectivo prioritário de travar a ascensão de João Franco que procurava formar um novo agrupamento partidário – o Partido Regenerador – Liberal, enquanto também se procurava limitar a expansão do Partido Republicano. Nas eleições de deputados realizadas em Outubro, Setúbal elegeu 4 deputados. Mariano de Carvalho seria o mais votado recolhendo 1.926 sufrágios (32%), mais 580 votos do que o segundo candidato com mais votos, Augusto Fuschini. Os pretendentes republicanos que se apresentarem ao sufrágio por Setúbal – Afonso Costa, João Chagas e António José de Almeida – no seu conjunto, apenas recolheram 559 votos (9%). Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.

Novembro de 1901, obtinha nova eleição para um segundo mandato na autarquia, alcançando 2.178 votos, subindo os números obtidos no ano anterior. A recondução era esperada, “*pois a actual câmara tem incontestavelmente conquistado pelos seus bons serviços ao município o direito ao reconhecimento público*”¹⁹.

Apesar de se encontrar já doente, Mariano de Carvalho passou a deslocar-se com alguma regularidade a Setúbal para presidir às reuniões camarárias. Era mais visto por aquelas bandas do que no parlamento. No início de Fevereiro de 1901, anunciou-se um grande melhoramento local com a apresentação do projecto de contrato para a iluminação da cidade, assunto que contou com o empenho pessoal do presidente. Propunha-se acabar de vez com os anacrónicos candeeiros a petróleo e alargar a rede de candeeiros a gás, que passava dos 300 para 600. Para além disso, a câmara iria gastar apenas 9\$000 com cada um, enquanto anteriormente despendia 13\$5000. O preço do gás fornecido aos particulares também passou dos \$070 réis por metro cúbico para \$060 réis. O projecto do contrato seria aprovado em reunião de vereação, com a presença de Mariano de Carvalho, a 19 de Maio de 1902. As benfeitorias materiais também chegavam a Setúbal pela mão do presidente da autarquia.

Entretanto, começaram a surgir as primeiras desinteligências em relação à actuação do líder da autarquia. Quando o vereador Henrique Pereira propôs um aumento do imposto sobre a carne de vaca de \$023 para \$030 réis por quilo, Mariano de Carvalho defendeu a subida, mas para \$025 réis por quilo. Tratando-se também da substituição do vice-presidente, Venâncio Torres, o “Poder Oculto” sugeriu que uma comissão de vereadores insistisse para que o mesmo Venâncio Torres voltasse a prestar a sua colaboração à câmara. O mesmo Henrique Pereira manifestou-se contrário a tal alvitre por não achar esta forma de fazer o pedido como a mais regular²⁰.

Mariano de Carvalho estava já perfeitamente integrado na realidade setubalense. Tinha a seu cargo os pelouros de viação, instrução e biblioteca. Assim, por sua iniciativa, o ensino na Escola Municipal Secundária seria acrescentado com os 4.º e 5.º cursos, passando o estabelecimento a chamar-se Liceu Nacional de Setúbal. A 26 de Abril de 1903, tomou parte na delegação que acompanhou o ministro das Obras Públicas, o conde de Paçô Vieira, numa visita a Setúbal. Quando chegaram ouviram-se vivas a Mariano de Carvalho. A visita do ministro tinha sido uma iniciativa do

¹⁹ *Revista de Setúbal*, de 7 de Novembro de 1901, p. 2.

²⁰ *Revista de Setúbal*, de 22 de Maio de 1902, p. 2.

presidente da edilidade²¹. O filho, Carlos Mariano de Carvalho e o genro Claro da Rica, também seguiram viagem na comitiva.

O principal evento realizou-se no teatro D. Amélia, já em Setúbal, onde algumas dezenas de representantes das câmaras municipais da zona vieram ouvir os convidados. Mariano de Carvalho tomou a presidência da mesa. Na ocasião, agradeceu a presença das autoridades e explicou que o objectivo da visita era o de conferir um novo incentivo ao desenvolvimento da região do Sado. Com conhecimento de causa, fez uma breve descrição do estado em que se encontrava cidade de Setúbal, onde tudo faltava, de acordo com o seu ponto de vista. A ideia que reunia os presentes era a de lançar uma linha de caminho-de-ferro pelo vale do Sado até Sines, passando por Alcácer e Grândola, diligência que tinha em Mariano de Carvalho um dos seus principais defensores. Em nome da câmara de Setúbal ofereceu 40 contos para serem empregues no projecto, bem como os terrenos públicos por onde passaria a linha. Ainda propôs a nomeação de uma comissão de propaganda que fizesse a divulgação do empreendimento, proposta que seria aceite, ficando nomeados José Dias Ferreira, os deputados e os presidentes de câmara da região. O ministro deu o seu apoio à ideia e anunciou que rapidamente iria pedir a elaboração de estudos que a concretizassem²².

Com o passar do tempo, Mariano de Carvalho começou a ser menos visto na cidade, o que seria notado e alvo de comentários. Um dos grandes proprietários locais, o antigo presidente da câmara, António José Baptista, fez pública menção de recuperar o seu lugar, anunciando a sua candidatura às eleições municipais de 1904 com o objectivo de combater o abandono a que a cidade estava a ser votada, segundo a sua opinião. Apesar de diminuído fisicamente, Mariano de Carvalho não menosprezou o adversário. Os seus amigos políticos acabaram mesmo por chegar a um entendimento com as gentes de António Baptista no sentido de se apresentar uma lista comum quando chegasse altura de ir a votos. O acordo foi assinado, em Lisboa, por uma “comissão de cavalheiros”, a 2 de Novembro de 1904, perante o governador civil, D. João de Alarcão. A vereação escolhida ao abrigo desta combinação seria presidida por Mariano de Carvalho, ficando a vice-presidência para José Joaquim Fragoso, que era um seu homem de mão, agora que Venâncio Torres se afastara.

²¹ *Revista de Setúbal*, de 30 de Abril de 1903, p. 1.

²² *Diário de Notícias*, de 27 de Abril de 1903, p. 2.

Previa-se que a eleição municipal fosse concorrida, até porque se anunciou a entrada na liça de uma lista opositora, entregue à organização do Partido Nacionalista²³. De referir que, em Junho de 1904, Mariano de Carvalho voltou a ser eleito em representação de Setúbal, nas eleições gerais de deputados, acabando a lista monárquica por triunfar sobre a republicana por larga vantagem²⁴. Nas eleições locais, Mariano de Carvalho obteve 1.051 votos, num total de 1.564 listas entradas, mas António José Baptista, com 1.093 votos e João José Salgado Júnior, com 1.053 votos ficaram à sua frente. Ainda assim, respeitou-se o acordo de véspera, ficando o “Poder Oculto” com a presidência. A lista de Henrique Augusto Pereira, excluído do grupo dos amigos de Mariano de Carvalho, ficou-se pelos 498 votos.

Nesta altura, os incómodos de saúde afligiam com mais intensidade o político, que nem compareceu à sessão de tomada de posse da edilidade. Os colegas, conhecedores da sua condição física aliviaram-no de alguns pelouros, cabendo-lhe agora apenas o de viação. Os ataques de dispneia tornaram-se mais frequentes e os efeitos da arteriosclerose mais visíveis. Passou a viver à força de caféina e tinha constantes ataques de tosse motivados por uma vida de fumador²⁵.

Ainda encontrou forças para se candidatar a mais um mandato em São Bento por Setúbal, nas eleições gerais de Fevereiro de 1905, sendo eleito por larga margem, voltando a lista monárquica a ganhar enorme vantagem sobre a republicana, que não conseguiria eleger qualquer deputado apesar de ter reforçado a sua votação em termos percentuais²⁶. Seria, todavia, a última eleição que Mariano de Carvalho iria disputar na sua carreira. Em Julho de 1905, ainda se envolveu na tentativa de resolução do problema dos esgotos na cidade do Sado, mas as forças começaram definitivamente a faltar-lhe²⁷. Mariano de Carvalho viria a falecer na sua casa no Estoril, nos arredores de Lisboa, em Outubro, aos 69 anos.

²³ *Revista de Setúbal*, de 3 de Novembro de 1904, p. 1 e Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.

²⁴ Desta vez, Mariano de Carvalho obteve 3.742 votos (31%). João Chagas não se apresentou pelos republicanos, mas estes reforçaram as suas candidaturas com Bernardino Machado e Manuel de Arriaga. No total apenas obteriam 2.301 dos sufrágios expressos, correspondentes a 19%, o que ainda assim seria insuficiente para eleger um deputado por Setúbal.

²⁵ Maria da Conceição da Cunha de Carvalho (1946), *Memórias de Mariano de Carvalho contadas por sua filha*, Lisboa, Ottosgrafica, p. 56.

²⁶ Nas eleições de deputados de 1905, Mariano de Carvalho foi novamente o candidato mais votado com 1.702 votos (28%), mas desta vez os republicanos não apresentaram nenhum dos nomes sonantes anteriormente derrotados. Os seus candidatos – Francisco Eusébio Leão, Francisco Ramos Cruz e Francisco Gomes da Silva, recolheram somente 1.305 votos (21%).

²⁷ *O Elmano*, de 15 de Fevereiro de 1905, p. 1.

Tornar-se proprietário na região de Setúbal serviu de passaporte para a sua admissão na vida política municipal. No final do século XIX, em Portugal, as elites locais eram normalmente compostas por filhos da terra, sendo pouco permeáveis à entrada de figuras de projecção nacional. Estas, pelo seu lado, também optavam por procurar protagonismo em outros órgãos de poder como os ministérios, o parlamento ou as páginas da imprensa. Um percurso pelos lugares de topo da administração local não fazia parte do *cursus honorum* de quem alimentava fortes aspirações políticas. Basta referir que apenas 5,5% dos deputados eleitos entre 1878 e 1910, tinham sido presidentes de câmara. Verificava-se, então, uma clara dissociação entre as carreiras políticas desenvolvidas na «periferia» (presidentes de câmara; vereadores municipais; governadores civis) e no «centro» (ministros, deputados e pares do Reino). Sob este ponto de vista, o percurso do final da vida de Mariano de Carvalho foi uma excepção.

A agenda da governação sadina não era muito diferente da que se poderia verificar em outros pontos do país. As questões de segurança civil, saneamento básico (água e esgotos) e os melhoramentos materiais (electrificação, obras públicas e estradas) eram temas tão importantes em Setúbal como em outras vilas e cidades do país. A sua chegada serviu uma dupla finalidade: o próprio pretendeu relançar uma carreira pública longa de várias décadas, aproximando-se da órbita do partido político que sempre tinha combatido apaixonadamente desde 1869; do ponto de vista do concelho, ser governado por uma personalidade com impacto nacional, poderia conferir maior visibilidade política a uma cidade que se encontrava em plena fase de afirmação demográfica e económica, ainda que se tratasse de um líder absentista.

O desaparecimento físico de Mariano de Carvalho teria consequências decisivas ao nível da vida política setubalense, acabando a sua morte por servir os propósitos locais do Partido Republicano. Nas eleições de deputados de Abril e Agosto de 1906, o Partido Republicano não conseguiu eleger qualquer deputado por Setúbal, mas em Abril de 1908, José Estêvão de Vasconcelos e José Maria Feio Terenas, destacados membros do movimento republicano seriam eleitos sem dificuldades. Cerca de um ano mais tarde, em Abril de 1909, a cidade servirá de palco à realização do congresso do Partido Republicano que irá sancionar a via revolucionária como forma de conquista do poder. Deste encontro de Setúbal saiu eleito o novo directório do PRP que irá preparar a revolução de Outubro do ano seguinte, elenco onde João Chagas, um dos adversários

políticos de Mariano de Carvalho no final da vida deste, marcou presença destacada²⁸. Se até esta altura a figura de Mariano de Carvalho tinha servido, em parte, como travão à republicanização de Setúbal, a sua morte, de alguma forma, mesmo indirecta, abriu caminho à conquista política da cidade por parte das forças democráticas.

²⁸ Alberico Afonso, “O X Congresso Republicano de 1909 sob o signo da revolução”, in Actas do Colóquio *O Congresso Republicano de Setúbal. O Republicanismo entre a revolução e a ordem*, Setúbal, 2009, pp. 57-75.